ÁREA TEMÁTICA: CULTURA

A ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DE PLANTAS ARQUITETÔNICAS EXISTENTE NA CASA DA MEMÓRIA PARANÁ

Apresentador Elizabeth Johansen [1]
Apresentador Juliana Gelbcke [2]

RESUMO – O presente projeto de extensão está na fase de finalização da organização do acervo de plantas arquitetônicas existentes na Casa da Memória Paraná. Para tanto, diversas atividades foram desenvolvidas, como: organização; higienização; catalogação; alimentação do banco de dados virtual existente na instituição e a criação de um instrumento de pesquisa com as informações levantadas. O desenvolvimento de tais ações possibilitou não apenas o conhecimento de uma face desconhecida da cidade, em alguns casos uma face já demolida, mas a compreensão parcial do processo de ocupação urbana, visto que o registro das ruas, bairros ou vilas é um dos elementos norteadores para a organização do acervo. Como toda a metodologia escolhida para guiar as atividades do projeto foi apresentada no Conex do ano passado, a presente comunicação buscou levantar as possibilidades futuras de pesquisa para diversos pesquisadores, não apenas historiadores, mas todos aqueles que poderão ter acesso a um rico acervo que está praticamente fechado para o desenvolvimento de estudos sobre elementos arquitetônicos, processo de urbanização, mão de obra específica, além de outros aspectos que as plantas disponibilizam. Partindo dessas questões, o projeto atende a essa demanda de fonte de pesquisa e de organização de acervo, ao mesmo tempo em que possibilita aos acadêmicos dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em História a oportunidade de colocarem em prática os estudos desenvolvidos em sala de aula sobre arquivos e fontes de pesquisa.

PALAVRAS CHAVE – Organização de arquivos, fontes históricas, arquitetura local.

Introdução

"A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos quando não existem. (...) Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, demonstra a presença e a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem." (Fevre, L. apud Le Goff, 2006)

A partir desse posicionamento de Fevre é possível pensar os diversos tipos de documentos que tratam o processo de organização e desenvolvimento urbano. Ou seja, toda cidade nasce, cresce e alguns determinados setores chegam até mesmo a morrer. Espaços vazios tornam-se largos, que com o passar do tempo podem vir a se tornar praças ou podem ser loteados para futuras residências ou lojas. Casas são construidas, usufruidas, mantidas, reformadas ou demolidas. Essa é a dinâmica de qualquer cidade, em qualquer lugar.

No entanto, há poucas décadas os historiadores começaram a observar ao estudar o espaço urbano o que Fevre defendeu, isto é, nem todos os documentos que tratam sobre uma cidade estão escritos, muitos estão em outras formas de linguagem, em outro suporte. Uma dessas formas são as plantas arquitetônicas. Esse tipo de documento é capaz de demonstrar a um bom leitor como uma construção *serve o homem* a partir da quantidade de peças existentes e a colocação dos cômodos na planta*,* apresenta *os gostos e as maneiras de ser do homem* quando este opta por um tipo de material específico de construção ou escolhe um estilo arquitetônico despojado ou rebuscado. Vista a partir deste prisma, a arquitetura passou a ser uma inestimável fonte de análise não apenas para se pensar em que medida ou para onde a cidade cresceu, mas para se pensar de que forma essa cidade foi se modificando, se transformando em uma nova cidade. Como as relações intra e extra familiares podem ser compreendidas quando se observa a disposição dos cômodos de uma residência. Como as relações entre o público (rua) e o privado (interior) podem ser vislumbradas quando se analisa a fachada e a(s) entrada(s) de uma casa.

[1] Mestre em História, professora assistente do Departamento de História – UEPG, eliza.j@uepg.br
[2] Graduanda de Licenciatura em História, juliana_gelbcke@hotmail.com

Enfim, essas são apenas algumas, dentre tantas possibilidades de análise do espaço urbano a partir de uma ótica historiográfica contemporânea. Porém, para que esse tipo de estudo se efetive é necessário que a cidade possua, guardado e organizado, um conjunto documental de plantas arquitetônicas com regularidade cronológica. Dessa forma, poderá disponibilizar o acervo a todos que tenham interesse em desenvolver análises desses aspectos.

A escolha do acervo de plantas arquitetônicas existente na Casa da Memória Paraná (CMP) para ser o objeto do presente projeto de extensão justifica-se tanto na mudança conceitual do campo historiográfico, como na possibilidade de uma mudança paradigmática no modelo de educação desenvolvido na academia, já que o projeto defende uma aprendizagem entre pares (coordenação do projeto, graduandos e profissionais da CMP). Dessa forma, a cidade de Ponta Grossa, possuidora de representantes arquitetônicos representativos de tendências artísticas, momentos políticos, econômicos, culturais e sociais variados, mas que praticamente engatinha em estudos dessa área poderá ter em breve um considerável conjunto documental organizado e plenamente disponível para o desenvolvimento de diversas pesquisas sobre o assunto.

Objetivos

- Realizar a higienização, organização e catalogação do acervo de plantas arquitetônicas existentes na Casa da Memória Paraná;
- Proporcionar oportunidade de aprendizagem, na organização de acervos históricos aos acadêmicos dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História;
- Elaborar instrumento de pesquisa (versão impressa e virtual) sobre esse fundo documental;
- Estimular a prática interdisciplinar envolvendo profissionais de diferentes campos do saber (profissionais da Casa da Memória Paraná e os acadêmicos) em um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino, a extensão, a pesquisa e a prática de forma indissociável.

Metodologia

No decorrer do primeiro ano de desenvolvimento das atividades do presente projeto todo o processo de higienização das plantas, troca de envelopes e pastas, conferência do nome de ruas, vilas ou bairros foi concluido. Até o presente momento todas as plantas organizadas por ruas, vilas ou bairros até a letra O foram totalmente catalogadas e conferidas, mas a catalogação ainda não conferida concluiu com as ruas, vilas ou bairros até a letra Z, além das plantas que não apresentam o nome do local, mas constam a data da construção. Nesse caso, foram catalogadas as plantas desde 1915 até 1946, faltando então para concluir o processo de catalogação apenas as plantas entre 1947 e 1992, além daquelas que não apresentam nem local, nem tampouco data. Diante dessa realidade, pudemos perceber alguns aspectos destacáveis que esses documentos podem oferecer para compreender a dinâmica do processo de urbanização que se efetivou em Ponta Grossa no decurso do século XX.

Estes aspectos podem ser divididos em questões quantitativas e qualitativas. Primeiramente apresentaremos os tópicos quantitativos.

Como o acervo estava apenas separado por ruas, mas sem nenhuma forma de catalogação e de lógica arquivística, optou-se por fazer uma conferência total das plantas para verificar se elas estavam colocadas nos envelopes pertinentes as suas ruas. Atualmente podemos afirmar com total segurança que o acervo é composto por 243 pastas com nomes de ruas e bairros/vilas. Como algumas destas pastas possuem continuidade devido a quantidade de plantes existentes na mesma rua e bairro/vila, o número total de pastas chega a 385, totalizando 1.137 envelopes.

Nas informações existentes nas próprias plantas algumas especificam em que rua o imóvel foi construido e em outras se apresenta apenas em que bairro ou vila ocorreu a construção, dessa forma, decidiu-se que as plantas seriam colocadas em ordem alfabética, que tanto pode ser o nome da rua como o nome do bairro/vila. Somente então é que foram arranjadas por ordem cronológica. No entanto, diversas plantas não apresentam nenhuma identificação do local em que ocorreu a construção, apenas mencionam a data de aprovação do projeto pelo órgão responsável na Prefeitura Municipal ou a data da entrada do projeto. Nesses casos, esses documentos foram separados e arranjados apenas por ordem cronológica, o que gerou a abertura de 33 pastas com a especificação apenas do ano, totalizando 97 envelopes.

Para concluir essa apresentação quantitativa é necessário mencionar a existência de 02 pastas com 09 envelopes representando as plantas sem nenhum tipo de indicação sobre o local da

construção e em que ano ocorreu. Independente da ausência dessas informações importantes justifica-se a manutenção desses documentos no acervo devido aos outros dados que podem ser observados, como: tipo da construção, material, características arquitetônicas, proprietário e mão-de-obra.

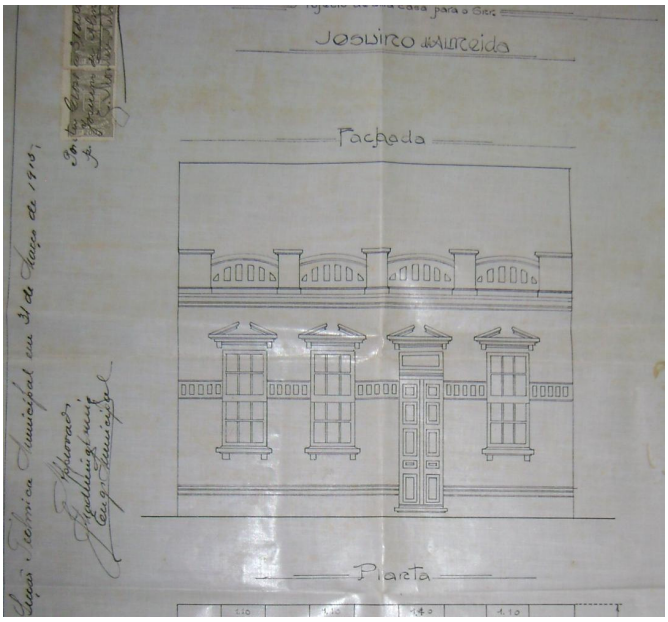
Após a apresentação dos dados quantitativos levantados, que não representam a totalidade das plantas produzidas na cidade, mas apenas o conjunto documental que se encontra sob responsabilidade da Casa da Memória Paraná é interessante pensá-lo a partir de algumas possibilidades de pesquisas futuras, ou seja, durante o processo de catalogação alguns elementos identificadores puderam ser observados.

A primeira questão refere-se à datação mais antiga, isto é, das plantas que possuem informações a mais antiga remonta a 1915. Após buscar justificativa para essa data encontramos no "Novo codigo de posturas municipaes: regulamento de pesos e medidas, cathegoria dos negociantes, regimento interno e mais outros regulamentos do municipio de Ponta Grossa", a publicação da Lei nº 391, de 24/09/1914. De acordo com essa lei as construções deveriam apresentar uma planta à Prefeitura Municipal seguindo algumas regras:

> "Art. 84 - A Camara Municipal pelos seus agentes, fiscalizará toda a obra, construcção ou edificação que fôr feita dentro do Municipio, tendo em vista velar pela fiel observancia de quanto respeitar a hygiene e segurança das obras e edificações e ao embellezamento da cidade e de seus arrabaldes.
> Art. 85 - Nenhuma obra, construcção, reconstrucção ou reparo, far-se-ha dentro do quadro urbano sem previa licença do Prefeito Municipal. (...)
> Art. 86 - As licenças serão promovidas pelo proprietario ou seu procurador, perante o Prefeito Municipal.
> § 1º. - O requerimento declarará com precisão: o lugar com indicação da rua e numero, si houver, a natureza e destino do predio ou obra e será acompanhado dos seguintes documentos:
> a) planta do terreno, com indicação clara das curvas e niveis de metro em metro, da posição e area da obra, indicando com cuidado a disposição dos raios e encanamentos de exgotos em relação à direcção do encanamento geral;
> b) plano completo da obra a fazer-se, comprehendendo:
> 1º. - planta de cada pavimento;
> 2º. - elevação das fachadas principaes. (...)
> § 3º. - Os planos serão sellados e assignados pelo proprietario ou seu procurador e pelo constructor que tenha de encarregar-se da construcção technica das obras. O proprietario e o constructor são solidariamente responsaveis, perante a Municipalidade, por qualquer infracção das disposições deste Codigo."

A partir das informações encontradas no Código de Posturas de 1914 diversos elementos obrigatórios para se conseguir a autorização para o início de qualquer construção nos permitiram compreender como o processo de normatização gradativamente se efetivou. Afirmamos isso, pois mesmo existindo legislação pertinente, muitas plantas não apresentam todos os itens solicitados, a exemplo da mais antiga que data de 31/03/1915 e não apresenta a indicação do nome da rua, bairro ou vila em que foi construida.

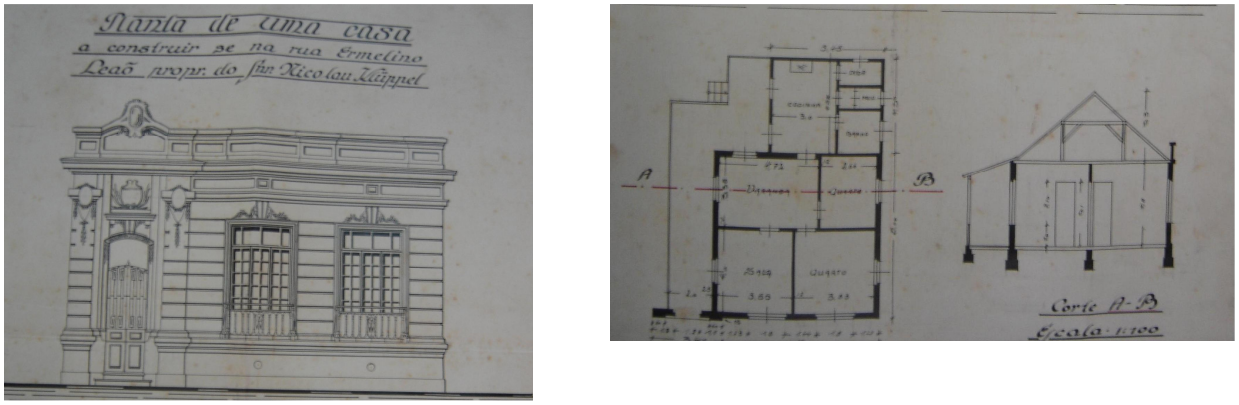
Figura 1 – Residência de Jesuino d'Almeida



Legenda: Planta mais antiga encontrada no acervo, data de 31/03/1915, sem identificação da rua.

No conjunto documental existente na Casa da Memória Paraná o maior número de plantas retrata as construções realizadas na década de 1920. Nessa época, a maioria das residências não apresentava recuo, isto significava que eram construidas seguindo o alinhamento da rua, ou seja, direto nas calçadas. Possuiam fachadas de alvenaria e em alguns casos o restante era confeccionado em madeira. Muitos desses imóveis apresentavam áreas laterais, o que nos permite analisar que por mais que a separação entre a rua (espaço público) e a casa (espaço privado) fosse muito tênue, o local que permitiria uma relativa privacidade eram as áreas ou varandas. Pode-se observar também que nesse momento surge o registro de construções com áreas destinadas ao comércio.

Figura 2 – Residência de Nicolau Klüppel



Legenda: Planta de uma residência com alinhamento na rua, mas com entrada que leva direto a uma varanda lateral que circunda boa parte do imóvel.

Na sequência das observações, percebemos que a partir do final da década de 1930 e início de 1940 as casas começaram a apresentar recuo da calçada e área frontal, o que efetivamente pode ser compreendido como uma separação formal do espaço público para o espaço privado ou doméstico. Destaca-se também um aumento no número de construções de madeira, assim como a ocupação de novas áreas, representando o crescimento urbano e o povoamento de novas vilas e bairros.

Continuando nossas observações, examinamos que a maioria das plantas do final da década de 1970 e início de 1980 referem-se a escolas municipais erigidas na zona rural.

Resultados

Na metodologia da presente comunicação optamos por apresentar os resultados alcançados de forma quantitativa e qualitativa, visto que esses resultados possuem íntima relação com a maneira como desenvolvemos nossas atividades no decorrer do ano passado e do presente ano. Da mesma forma, idealizamos esse texto para oportunizar o conhecimento de algumas possibilidades de análise do material catalogado em pesquisas futuras.

Conclusões

Enfim, notamos que não houve um critério técnico para a formação do acervo de plantas existente na Casa da Memória Paraná, visto que também existe um grande número desse tipo documental sob responsabilidade do Arquivo Público Municipal. Assim, por mais que seja possível desenvolver interessantes pesquisas sobre a arquitetura local, uso dos espaços, separação entre público e privado, além do processo de urbanização da cidade, não é possível constituir um perfil detalhado sobre esse assunto. Afirmamos essa questão, pois a planta mais recente data de 1992, o que nos levaria erroneamente a pensar que desde essa época nada é construido na cidade.

Referências

- ARQUIVO Público do Paraná. **Preservação de documentos de arquivo**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.
- BELLOTTO. Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- CAMARGO, Célia Reis. Os Centros de Documentação das Universidades: Tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória**. Trajetórias e Perspectivas. São Paulo: UNESP, FAFESP, 1999.
- CENTRO de Memória do Oeste de Santa Catarina. **Cadernos do CEOM**: arquivo: pesquisa, acervo, comunicação. Chapecó: Argos, 2005, n. 22.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Nobrade**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- MUNICIPALIDADE DE PONTA GROSSA. **Novo codigo de posturas municipaes:** regulamento de pesos e medidas, cathegoria dos negociantes, regimento interno e mais outros regulamentos do municipio de Ponta Grossa. Ponta Grossa: Officinas da Livraria Modelo, 1915.
- PAES, Marilena Leite. **Arquivo teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- SCHELLENBERG. Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.